



Estado do Rio Grande do Sul

# Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



## EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

**“ALTERA O INCISO II E ACRESCENTA O PARÁGRAFO 2º NO ARTIGO 32 E ACRESCENTA OS ARTIGOS 89-A E 89-B NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE REDENTORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDENTORA**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente, especialmente o art. 31, da Lei Orgânica do Município,

**FAZ SABER** que, o Plenário da Câmara aprovou e ela promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica:

**Art. 1º** A Lei Orgânica Municipal de Redentora passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 32. (...)*

*§ 1º (...)*

*II - tratem do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, provimentos de cargos, estabilidade, fixação, revisão e majoração de vencimentos;*

*§2º Será objeto de Lei Complementar projeto que dispor sobre regras de aposentadoria do servidor titular de cargo efetivo e pensão por morte do segurado.*

*Art. 89-A. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*

*§ 1º O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado:*

*I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria;*

*II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;*

*III - voluntariamente aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.*

*§ 2º Os demais requisitos e forma de cálculo dos benefícios de que trata o § 1º serão estabelecidos em lei complementar municipal.*





Estado do Rio Grande do Sul

# Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



§ 3º Poderão ser estabelecidos por lei complementar municipal idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

§ 4º Poderão ser estabelecidos por lei complementar municipal idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

§ 5º Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º, desde que comprovem tempo de efetivo exercício, fixado em lei complementar municipal, em funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental.

§ 6º Os servidores que ingressaram no serviço público municipal até a data da entrada em vigor da lei complementar referida no § 2º poderão se aposentar conforme regras de transição com requisitos e formas de cálculo dos proventos específicos que vierem a ser nela estabelecidas, ainda que não observadas as idades mínimas definidas no inciso III do § 1º deste artigo.

§ 7º A pensão por morte será concedida nos termos de lei complementar municipal, observado o disposto no § 2º do art. 201 da Constituição Federal quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei." (NR)

**Art. 89-B.** Aposentados e pensionistas contribuirão ao Regime Próprio de Previdência Social sobre o valor tratado em lei específica.

**Art. 2º** Até a entrada em vigor da lei complementar de que tratam os parágrafos do art. 89-A e o art. 89-B da Lei Orgânica, aplicam-se às aposentadorias dos servidores efetivos e às pensões por morte dos seus dependentes as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

**Art. 3º** Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data da sua publicação.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE REDENTORA-RS,**  
**AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.**

**GILMAR GONÇALVES DE LIMA**  
PRESIDENTE



Estado do Rio Grande do Sul

# Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



OSMAR VIANA DOS SANTOS  
VICE PRESIDENTE

ELIZEU KEI CLAUDINO  
1.º SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE  
REDENTORA

Declaramos, para os devidos fins,  
Nos termos da legislação vigente,  
que este documento foi emitido  
no Município de Redentora, no  
data de 19/10/2015.

VANDERLEI DA ROSA  
2.º SECRETÁRIO

Registre-se e Publique-se  
sendo arquivada na data de  
Em 21 de Outubro de 2015.

